

## CORREIO PAULISTA

Divulgação



Esta é a terceira condenação do TJ-SP ligada ao massacre

## Tribunal de SP condena Estado a indenizar aluno de Suzano

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) condenou o Estado a pagar R\$ 20 mil a um aluno que presenciou o ataque à escola estadual Raul Brasil, em Suzano. A decisão, unânime, revisou sentença da 1ª Vara Cível de Suzano para correção monetária. O estudante desenvolveu traumas psicológicos, atrasou a volta às aulas e relatou dificuldades no convívio social. Segundo o relator, desembargador Coimbra Schmidt, houve falha do poder público na segurança da escola. “O Estado é responsável pela guarda do aluno e deve responder por danos mesmo em casos imprevisíveis”, afirmou. Esta é a terceira condenação do TJ-SP ligada ao massacre, que vitimou alunos e funcionários.

## Assembleia destaca líderes femininas

A Alesp sediou, na terça-feira (07), homenagem do movimento Mulheres na Íntegra a 40 lideranças femininas do estado. O evento reuniu o deputado Fábio Faria de Sá e destacou iniciativas com impacto social, econômico e comunitário. Entre as ações reconhecidas estão projetos voltados a mulheres na Cracolândia e campanhas sobre segurança e crimes digitais. Organizadores afirmaram que a valorização fortalece o protagonismo feminino.

Freepik



No estado, houve cumprimento de fiscalizações em clínicas

## Operação mira remédios ilegais em SP

O Governo Federal deflagrou na terça-feira (07) a Operação Heavy Pen, com atuação em São Paulo e outros 11 estados. Coordenada pela Polícia Federal, com apoio da Anvisa, a ação combate a cadeia ilegal de medicamentos para emagrecimento. Em SP, houve cumprimento de mandados e fiscalizações em clínicas e empresas. No total, foram 45 mandados de busca e apreensão e 24 ações em estados como Goiás, Paraná e Santa Catarina. Investigações apuram crimes como falsificação, comércio irregular e contrabando.

## Holiday perde ação contra Arthur do Val

A Justiça de SP rejeitou pedido de indenização de R\$ 60 mil do ex-vereador Fernando Holiday (PL) contra o ex-deputado Arthur do Val por declarações em live no YouTube. O juiz considerou que as falas, embora ríspidas, tiveram caráter satírico sobre mudança política e estão protegidas pela liberdade de expressão de figuras públicas. Holiday já havia usado termo semelhante em 2023.

## Gestão de recursos

O Tribunal de Contas divulgou Comunicado GP nº 15/2026 sobre emendas parlamentares locais. Os órgãos jurisdicionados devem aprimorar governança, controles internos e transparência, garantindo planejamento, rastreabilidade e publicidade dos recursos. As diretrizes são orientativas e não substituem futuras fiscalizações.

## Percepção turística

O CIET-SP divulgou, no 68º Congresso da APM, a Pesquisa de Percepção do Turismo 2025-2026, com 46.583 participantes em 468 municípios. O estudo aponta que 85% da população apoia o turismo local, destaca impacto sociocultural e econômico, e evidencia necessidade de maior participação popular.

## Pedido de revisão

O deputado estadual Dirceu Dalben solicitou a revisão da suspensão do jantar no Restaurante Bom Prato de Sumaré, adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Social devido à baixa procura. Ele destacou a importância do serviço para trabalhadores e pessoas em vulnerabilidade, pedindo ajustes sem prejudicar o atendimento.

## Justiça Restaurativa

Na segunda-feira (06), cerca de 20 policiais penais participaram de círculo de diálogo sobre Justiça Restaurativa na Penitenciária da Capital. A iniciativa do Tribunal de Justiça e da Secretaria da Administração Penitenciária integrou o Plano Pena Justa, promovendo reflexão sobre conflitos, reintegração e relações no sistema prisional.

## Turismo náutico

O Governo de SP autorizou seis estruturas náuticas públicas em São José dos Campos e região, com investimento de R\$ 2 milhões pelo Programa de Turismo Náutico. Píeres flutuantes em rios e lagos visam impulsionar turismo, gerar empregos e aumentar a visibilidade de Aparecida, Taubaté, Paraibuna e outras cidades.

## Agenda cultural

Espaços culturais do Estado de SP recebem eventos entre 11 e 17 de abril, com destaque para o festival Viva Japão, no Museu da Imigração, e a feira literária Flimis, no MIS. A programação inclui ainda encontros com Marcelino Freire, dança em Praia Grande e concerto em Campos do Jordão. Eventos são gratuitos.



As propostas agora seguem para análise das demais comissões

# Projetos sobre segurança e energia ganham aval

## Comissão de Constituição e Justiça avaliza 109 propostas

Da Redação

Em reunião realizada nesta quarta-feira (08), a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou 109 projetos de lei, que agora seguem em tramitação na Casa. Entre as propostas destacam-se medidas voltadas à mobilidade elétrica, segurança em rodovias e transição energética.

O PL 306/2025, de autoria do deputado Donato (PT), determina a obrigatoriedade de instalação de infraestrutura e estações individuais de recarga para veículos elétricos em rodovias paulistas concedidas à iniciativa privada. O texto também prevê que as concessionárias garantam compatibilidade técnica entre diferentes tipos de carregadores. Para o parlamentar, “a crescente demanda por mobilidade sustentável exige soluções que tornem viável a adoção de veículos elétricos no Brasil”.

Outro projeto relacionado às estradas, o PL 257/2025, de autoria do deputado Sebastião Santos (Republicanos), propõe a instalação de câmeras de monitoramento em passarelas de pedestres e viadutos localizados em áreas com maior incidência de suicídios, roubos, furtos e outros crimes. Os equipamentos poderão auxiliar na prevenção, identificação e investigação de ocorrências, além de fornecer dados aos serviços de segurança pública.

Na área social, o PL 1119/2025, da deputada Andrea Werner (PSB), proíbe que beneficiários de programas estaduais de transferência de renda, como Renda Cidadã e SuperAção SP, mantenham contas ativas em casas de apostas online. Segundo a parlamentar, a medida busca evitar que recursos destinados à subsistência básica sejam desviados para atividades que possam gerar dependência financeira.

A transição energética também recebeu atenção. O PL 1243/2025, do deputado Edson Giriboni (União), institui o Programa Paulista de Incentivo e Aceleração da Transição Energética (Propaten-SP), com mecanismos de incentivo fiscal que complementam a legislação federal e estimulam projetos de infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento tecnológico para uma matriz energética de baixo carbono.

Além disso, o PL 1240/2025, de autoria do deputado Maurici (PT), prevê que empresas concessionárias de água e esgoto ofereçam opções de parcelamento de débitos em atraso, vedando a cobrança de juros e encargos não previstos na legislação federal aplicável.

As propostas aprovadas pela comissão agora seguem para análise das demais comissões da Assembleia e, posteriormente, para votação em plenário, avançando no processo legislativo estadual.